



...continuação selheiros da Entidade no montante de R\$ 155. 11. Patrimônio líquido: O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits e superávits apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado, na mesma área de atuação, escolhida pelo Conselho de Administração e o patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados. 12. Total das receitas com restrições 2020 2019

Table with 2 columns: 2020, 2019. Rows include Contrato de gestão, Receita com prestação de serviço - Cena Onze, Outras receitas de captação, etc.

13. Despesas com pessoal

Table with 2 columns: 2020, 2019. Rows include Salários, Encargos sociais, Benefícios, Férias, 13º salário.

14. Despesas com prestadores de serviços

Table with 2 columns: 2020, 2019. Rows include Artistas convidados, Vigilância e segurança, Limpeza e higiene, etc.

15. Despesas gerais e administrativas

Table with 2 columns: 2020, 2019. Rows include Bolsas-auxílio, Aluguéis, Manutenção, Água, luz, internet e telefone.

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis.

Aos Diretores e Conselheiros da Associação dos Artistas Amigos da Praça. São Paulo - SP Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Associação dos Artistas Amigos da Praça, ("Associação" ou "ADAAP"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação dos Artistas Amigos da Praça, em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para pequenas e médias empresas" e em conformidade com a NBC ITG 2002/12 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1409 - Associações sem Finalidade de Lucro. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Continuidade operacional - Conforme demonstrado na Nota 7 às demonstrações contábeis, a principal fonte de receita da Associação é provida pela Secretaria de Estado da Cultura, firmado por meio de um Contrato de Gestão, que custeia as principais atividades desenvolvidas pela Associação. O referido Contrato de Gestão também tem metas e indicadores de desempenho que devem ser performados. Não obstante, o Contrato de Gestão "nº 04/2018 - 1º Termo Aditivo" tem o prazo de vigência até 30/12/2023. A Associação pode ser contratada novamente, se for atestado o bom desempenho na execução do contrato atual e desde que a proposta da Associação seja selecionada na convocação pública, conforme legislação vigente. Chamamos a atenção para os riscos relacionados à continuidade operacional da Associação, caso esta não seja selecionada na convocação pública, para administrar o novo Contrato de Gestão, uma vez que existe uma dependência regular do recebimento dos recursos deste contrato para a manutenção das atividades operacionais da Associação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outros assuntos- Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior- As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31/12/2019, foram examinadas por nós, no qual emitimos relatório em 11/02/2020, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis- A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis- Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

11. DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS (DIRD)

Table with 5 columns: Documento, Data, Vigência, Valor - R\$, Valor - R\$. Rows include Contrato de Gestão nº 0004/2018, 1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão nº 0004/2018, 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão nº 0004/2018.

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO

Table with 5 columns: Data Prevista, Valores Para o Repasse, Data do Repasse, Número do Doc de Crédito, Valores Repassados (R\$). Rows include 20/02/2020, 20/04/2020, 20/04/2020, 20/05/2020, 20/06/2020, 20/07/2020, 20/08/2020, 20/09/2020, 20/10/2020, 20/11/2020, 20/12/2020.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS

Table with 5 columns: Nº Ação, Despesas, Despesas Contabilizadas, Despesas Contabilizadas, Despesas Contabilizadas. Rows include 1 Atuação, 2 Cenografia e Figurino, 3 Direção, 4 Dramaturgia, 5 Humor, 6 Iluminação.

Table with 3 columns: (423), (46), (9), (73), (39), (202), (19), (51), (25), (83), (34), (59), (40), (50), (34), (51), (187), (166), (1.497), (1.668).

16. Instrumentos financeiros: A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo- Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "não derivativos"- Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. São três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: Nível 1- preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; Nível 2- outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); Nível 3- informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2

ciacão seja selecionada na convocação pública, conforme legislação vigente. Chamamos a atenção para os riscos relacionados à continuidade operacional da Associação, caso esta não seja selecionada na convocação pública, para administrar o novo Contrato de Gestão, uma vez que existe uma dependência regular do recebimento dos recursos deste contrato para a manutenção das atividades operacionais da Associação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outros assuntos- Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior- As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31/12/2019, foram examinadas por nós, no qual emitimos relatório em 11/02/2020, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis- A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis- Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

(representado pelas aplicações financeiras). Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31/12/2020, a Associação está sujeita aos fatores de: Risco de liquidez- Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Associação na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. Risco de mercado- Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI e fundos de renda fixa. 17. Avals, fianças e garantias: A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2020 e 2019. 18. Renúncia fiscal: Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta, a seguir, a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Imposto Sobre prestação de Serviços de Qualquer Natureza; Programa de Integração Social, sobre as receitas próprias; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre as receitas próprias. 19. Seguros (não auditado): A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ivam Cabral - Diretor Executivo - CPF 460.148.379-49. Ivan Szoboszlaj - CRC 1SP 204074/O-1 - CPF 103.716.778-31

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 15 de fevereiro de 2021.

BDO RCS Auditores Associados Ltda. - CRC 2 SP 015165/0-8. Thiago Gonçalves Marques - Contador - CRC 1 SP 254881/0-8

Table with 5 columns: Contabilizadas neste Exercício (R\$), em Exercício Anterior e Pagas neste Exercício (R\$) (H), neste Exercício e Pagas neste Exercício (R\$) (I), neste Exercício a Pagar em Seguinte Exercício (R\$). Rows include 1. Recursos Humanos, 1.1 Salário + Encargos + Benefícios, 1.2 Autônomos e Pessoa Jurídica, 3. Gêneros Alimentícios, 4. Outros Materiais de Consumo, 5. Outros Serviços de Terceiros, 7. Locações Diversas, 8. Utilidades Públicas, 12. Despesas Financeiras e Bancárias, 13. Outras Despesas, 13.1 Outras Despesas Área Fim, 13.2 Outras Despesas Área Meio, total de Despesas.

(G) Total de Recursos Disponíveis no Exercício 10.828.604,36 (J) Despesas Pagas no Exercício (H+I) 9.613.864,23 (K) Recurso Público Não Aplicado (E - (J-F)) 1.214.740,13 (M) Valor Autorizado Para Aplicação No Exercício Seguinte (K-L) 1.214.740,13 São Paulo, 12 de fevereiro de 2021 - Ivam Cabral

Diretoria: Ivam Cabral - Diretor Executivo - Conselho de Administração: Maria Anna Olga Luiza Bonomi (Presidente do Conselho); Wagner Brunini (Vice-Presidente); Danilo Santos de Miranda; Eduardo Saron Nunes; Joaquim Cesar Moreira Gama; Vicente R. Freitas; Hubert Alquéres; Maria Adelaide de Almeida dos Santos Amaral; Conselho Fiscal: Leandro Knopholz; Mauricio Antonio Ribeiro Lopes; Rachel Macedo Rocha. Contador: Ivan Szoboszlaj - CRC TC 1SP 204074/O-1

Table with 5 columns: Nº de matriculados, meta-resultado, Nº de matriculados, meta-resultado, Nº de matriculados, meta-resultado. Rows include 3º Trim, 4º Trim, 1º Trim, 2º Trim, 3º Trim, 4º Trim, 1º Trim, 2º Trim, 3º Trim, 4º Trim, 1º Trim, 2º Trim, 3º Trim, 4º Trim, 1º Trim, 2º Trim, 3º Trim, 4º Trim.



